

QUEM SE AGARRA A QUEM, A QUÊ E PARA QUÊ?¹

Patrícia Leekninh Paione Grinfeld²

Resumo: Partindo da observação de blogs e grupos em redes sociais escritos por mães, este trabalho apresenta uma breve reflexão sobre o quanto algumas práticas parentais que visam o fortalecimento do vínculo com o bebê parecem, em alguma medida, responder à fantasia de completude e à angústia de separação maternas, podendo, assim, dificultar o corte necessário para o processo de subjetivação do bebê.

Desde 2008 acompanho como leitora blogs e grupos em redes sociais escritos por mães relatando as próprias experiências maternas. Neste percurso parece-me cada vez mais necessário compreender a relação das mídias virtuais na construção da maternalidade³, especialmente no que diz respeito às teorizações sobre ser “boa mãe”.

A relação entre mídia e maternidade não é recente. Tomaz (2015), em revisão bibliográfica sobre o tema, relata que as questões do universo feminino, incluindo a condição de mãe, foi trazida ao espaço público no final do século XIX através dos periódicos, revistas femininas, manuais e cartilhas, pautadas pelo discurso das especialidades. Com as novas tecnologias do século XXI, essas questões também passaram a ser discutidas nos ambientes midiáticos-tecnológicos, onde, segundo Braga (2008), tem ocorrido um resgate da prática social feminina de conversa e teorizações informais acerca do universo feminino.

¹Trabalho apresentado no III Encontro Internacional e X Encontro Nacional sobre o Bebê (ABEBÊ – Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê). Rio de Janeiro, 02/11/2015.

²Psicóloga clínica, idealizadora do blog *Ninguém cresce sozinho* e do site *Rodas de Conversa Ninguém cresce sozinho*. É técnica do programa Palavra de Bebê no Instituto Fazendo História e cursa especialização em Psicologia Perinatal e Parental pelo Instituto Brasileiro de Psicologia Perinatal – Gerar. E-mail: paionegrinfeld@uol.com.br.

³O termo maternalidade foi proposto na década de 60 pelo psicanalista Paul-Claude Racamier para referir-se, apud Silva (2004), ao “conjunto dos processos psicoafetivos que se desenvolvem e se integram na mulher por ocasião da maternidade” (p.09). Mais do que tornar-se mãe do ponto de vista biológico ou social, a maternalidade contempla o processo de tornar-se mãe levando em conta suas dimensões biológica, social, histórica e psíquica.

A partir de pesquisa sobre alguns aspectos da interação estabelecida por um grupo de mulheres no *blog Mothern*, Braga (2008) constatou que naquele ambiente as mães interagem, davam conselhos umas às outras, compartilhavam experiências e questionavam modelos antigos de referência – em alguns casos, até mesmo os próprios especialistas. Quando uma das mães colocava num grupo de discussão um assunto que lhe era pessoalmente importante, as demais participantes da conversa a acolhiam, emitiam opiniões sensatas, estabelecendo a manutenção do consenso operacional destes ambientes.

Esse modo de funcionamento, que vemos acontecer em diferentes ambientes virtuais de interação materna, cria, no meu ver, uma rede de pertencimento e apoio à construção da maternalidade, tanto pelo suporte quanto pelos modelos de maternidade que são apresentados. No entanto, ao mesmo tempo em que essa rede é tecida, nota-se nesses ambientes um movimento bastante polarizado no que se refere às teorizações sobre o cuidado com os filhos e ser boa mãe – o que “eu e meu grupo fazemos” e o “resto”, a “minha verdade e a do meu grupo” e o “resto”, o “meu bebê e os bebês do meu grupo” e o “resto”. De acordo com Braga (2008), essa discordância, que pode ser destrutiva em relações particulares, não tem necessariamente o mesmo efeito no relacionamento total do grupo, já que as hostilidades preservam limites em seu interior e muitas vezes garantem suas condições de sobrevivência, demarcando a unidade grupal. Essa discordância, que em certos casos revelam-se intolerância, equivale àquilo que Freud (1930) denominou *narcisismo das pequenas diferenças*, uma forma de preservar a coesão do grupo, segregando de maneira hostil aquilo que não é possível suportar, olhar, reconhecer.

No processo de tornar-se mãe, o que é difícil (ou impossível) suportar, olhar, reconhecer, que faz com que as desafinações reforcem os antagonismos, restringindo determinados momentos e situações ao certo ou errado, a ser boa ou má mãe, impedindo o diálogo e conseqüentemente o olhar singular que cada circunstância e sujeito merecem? Será que esta busca pela coesão não é uma tentativa de excluir dúvidas, incertezas, falhas e faltas para manter viva a ilusão de completude?

Embora circule nas mídias virtuais um grande número de temas interessantes e controversos, trago para esta reflexão algumas práticas parentais que visam o fortalecimento do vínculo entre a criança e seus pais através do corpo a corpo. Entre estas

práticas, intituladas “criação com apego”⁴, destacam-se a cama compartilhada, o uso de *sling*, a amamentação em livre demanda e prolongada e, não declarado como uma das práticas, mas descrito como costume, o banho conjunto com a mãe e/ou o pai. Essa contiguidade com o corpo parental garante, para os adeptos desta maneira de criar os filhos, a segurança emocional de sua prole.

Dolto (1973), em uma crítica à medicina pasteuriana, que separava mãe e bebê nas hospitalizações, incluindo o nascimento, colocou a seguinte afirmação ao dizer que a intimidade do corpo a corpo proporcionaria a qualidade de trocas psicossomática-afetivas indispensáveis à saúde do bebê: “não se compreendeu que o filhote de homem precisa aninhar-se com frequência nos braços da mãe até pelo menos seu primeiro dente e mais tarde também, assim que está inseguro, seja qual for a razão” (p.190).

Em estudo sobre o comportamento de apego, Bowlby (1969) discorreu sobre a importância vital do vínculo para o bebê, apontando para a tendência inata deste de manter-se em proximidade com sua mãe, ou figura substituta, como forma de proteção e garantia de segurança. A mãe, em contrapartida, responderia com um comportamento de cuidado através do qual o bebê vai aprendendo coisas que lhe serão necessárias ao longo de sua vida. Para o autor o apego está inteiramente ausente no nascimento e só se evidencia depois que o bebê passa a se distanciar fisicamente de seu cuidador primário (figura de apego) e a retornar a ele nos momentos em que busca uma base segura.

Parece consenso que a ligação entre o bebê e sua figura de apego são essenciais para o desenvolvimento emocional do ser humano. Porém, vale ressaltar que a palavra apego, além de ser sinônimo de vínculo afetivo, também significa, segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, colar, agarrar-se a. Então, coloca-se a questão sobre o quanto o apego, tão necessário para a constituição psíquica do bebê, pode, em alguma medida, estar referido à fantasia materna de completude, à ilusão fusional arcaica, reavivada de maneira intensa na gestação e no puerpério, e amplificada pela cultura da plenitude a que estamos imersos nos dias de hoje. Quem se agarra a quem, a quê e para quê?

⁴Em inglês, *attachment parenting*. Mais informações em <<http://www.attachmentparenting.org>>.

Winnicott (1956) definiu a condição psíquica da mãe – dedicada comum⁵ – no final da gravidez e começo da vida do bebê como *preocupação materna primária*. Neste período a mulher apresentaria uma sensibilidade exacerbada que lhe permitiria saber como o bebê pode estar se sentindo, possibilitando, assim, uma adaptação sensível e delicada às necessidades dele. Para o pediatra e psicanalista, quando a mãe é capaz de se dedicar ao bebê, propiciando essa adaptação quase completa – *suficientemente boa*, e não total – ela cria um ambiente com poucas interrupções, permitindo-o “continuar a ser”. Essa condição psíquica da mãe dura pouco tempo e diminui gradativamente conforme o bebê vai adquirindo a capacidade de lidar com as pequenas *falhas* ambientais resultantes do jogo presença-ausência materna, e na medida em que a mãe aos poucos vai retomando seu interesse por aquilo/aqueles que ela se ocupava antes da chegada do bebê.

Nesse estágio inicial da vida o bebê vive uma *dependência absoluta* em relação à mãe, já que depende do ego dela para construir seu próprio ego; ele vive um estado de não-integração pela inexistência de um *Eu* (integração). De acordo com Winnicott (1956) “a primeira organização do ego deriva da experiência de ameaças de aniquilação que não chegam a se cumprir, e das quais, repetidamente, o bebê se *recupera*⁶. A partir dessas experiências, a confiança na recuperação começa a transformar-se em algo que leva ao ego e à capacidade de suportar frustrações” (p.403-404). Como resultado, os objetos tornam-se reais, possibilitando ao bebê começar “a desenvolver a capacidade de experimentar uma relação com a realidade externa ou mesmo formar uma concepção dessa realidade.” (Winnicott, 1953, p.26). No entanto, se “a maternagem não for boa o suficiente, a criança torna-se um acumulado de reações à violação; o *self* verdadeiro da criança não consegue formar-se, ou permanece oculto por trás de um falso *self*” (Winnicott, 1960, p.24).

A puérpera, por sua vez, também depende do bebê para construir seu *Eu-mãe*, mesmo que já tenha experimentado a maternidade. Para arquitetar seu novo papel, ela busca modelos identificatórios, reencontra-se com o bebê que foi um dia e apoia-se em seu próprio bebê, que é quem a transforma em mãe. Essa mútua dependência é necessária e benigna para a formação do *self* do bebê e da maternalidade. Contudo, deparar-se com

⁵Expressão que empresto do mesmo autor a partir de seu artigo “A mãe dedicada comum” (1966). In: *Os bebês e suas mães*. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2012.

⁶Grifo do autor.

a maternidade é ser capturada por vivências muito próximas às experiências de ameaças de aniquilação, onde somam-se as experiências primitivas da puérpera com as vivências intensas e atuais que ela (e mesmo a gestante no final da gravidez) traduz por “não dar conta” [de ser mãe].

Como o bebê, a mãe repetidamente se restabelece das ameaças de “não dar conta” cada vez que percebe que compreendeu e foi compreendida por seu bebê e seu ambiente, e que sobreviveu ao estranhamento e às *falhas* desse novo ambiente. Em havendo um *ambiente suficientemente bom*, ela pode acreditar em suas competências para atender às demandas de seu bebê, podendo assim ser maternalizada e tomar consciência da alteridade de seu filho. Como consequência, torna-se possível a entrada no estágio de *dependência relativa*, já que as rupturas não mais representam uma ameaça a ambos.

Na passagem do estágio de *dependência absoluta* para o estágio de *dependência relativa* surge, conforme Winnicott (1953), o uso dos *objetos* e os *fenômenos transicionais*, os quais criam para o bebê uma área de ilusão de continuidade materna que confere ao pequeno humano o sentimento de unidade e integração. Essa área de ilusão só se constrói quando a mãe é capaz de suportar e instalar um ritmo previsível de ausência e presença, colaborando com o processo do bebê separar-se dela e, portanto, reconhecê-la como um objeto externo a ele.

Sendo o fenômeno da transicionalidade possível somente quando há essas rupturas rítmicas, como a mulher pode fazer-se mãe, ocupar seu novo lugar e permitir que o bebê ocupe o lugar dele, de filho e de um outro, colada ao corpo do bebê e a rígidas teorizações que não dão espaço para dúvidas, incertezas, falhas e faltas? Quem se agarra a quem, a quê e para quê?

Ainda que o comportamento de apego de uma gestante ou puérpera tende a ser, conforme Bowlby (1973), mais frequente ou mais claro do que seria em outras circunstâncias pela própria natureza do vínculo necessário e característico do estágio de mútua dependência, algumas mães continuam identificadas com o bebê por um período que pode se estender por meses ou anos. Essa identificação prolongada pode resultar em uma precária instalação no jogo presença-ausência, dificultando a mãe *falhar* em uma adaptação sensível e delicada às necessidades do bebê. Segundo Winnicott (1963), não *falhar* nessa tão primordial adaptação é uma falha na função materna resultante da imaturidade e ansiedades da mãe.

Nessas situações, há de se perguntar se permanecer corporalmente conectada ao bebê está a serviço da experiência de continuidade que garante o vir-a-ser da criança, ou relacionado a questões maternas projetadas no bebê e tamponadas pelas teorizações do que é ser boa mãe. Parece fundamental entender até que ponto essas teorizações são uma saída social para a mãe lidar com a fantasia materna de completude e/ou com a angústia de separação, sem que colaborem efetivamente com o desenvolvimento emocional dela e de seu bebê.

Bowlby (1973) apresenta o conceito de *apego com angústia* para descrever uma pessoa que tenta manter uma estreita ligação com a figura de apego pelo temor de que a relação termine. Para o autor, a pessoa “não tem certeza de que suas figuras de apego sempre estarão próximas e se mostrarão receptivas quando ela o desejar. Torna-se claro, também, que adota a estratégia de permanecer junto delas de maneira que se assegure, tanto quanto possível, de que as terá a seu alcance. (...) Assim se torna claro que o cerne da situação é o temor de que as figuras de apego se mostrem inacessíveis ou sem receptividade” (p. 265-266).

Sabemos que a mãe é para o bebê uma figura de apego, mas o bebê também o é para a mãe. Então, o que significa para ela separar-se de seu bebê? Será que se apoiar em teorias e práticas que incentivam a proximidade corporal mesmo quando o comportamento de apego já está estabelecido é uma forma de alimentar a fantasia materna de completude e/ou minimizar a angústia da separação? Quem se agarra a quem, a quê e para quê?

Apesar de as mídias virtuais ampliarem nas rodas sociais as discussões sobre a maternidade, parece-me que ela coloca um holofote para a questão da alteridade e da onipotência. Quem somos “eu e nós” e quem é o “resto”? Por que a “minha verdade” não dialoga com aquilo que se mostra contrário a ela? Se há uma mãe persecutória que precisa ser atacada, que mãe é essa? Se há onipotência que se manifesta pelo saber, onde repousa a impotência?

Com um número grande de mulheres buscando modelos de identificação e apoio nos ambientes virtuais de interação – em 2012, 72,5% das mães americanas faziam uso *Facebook* e 35% das plataformas *Blogger* e *WordPress*, de acordo com pesquisa realizada

pela Nielsen⁷ – é preciso indagar o quanto as mídias virtuais reproduzem e o quanto elas promovem a cultura da totalidade, e se essa cultura pode comprometer de algum modo o jogo presença-ausência necessário para a constituição psíquica do bebê e a construção da maternalidade.

A construção da maternalidade vem se mostrando indissociável àquilo que acontece nos ambientes midiáticos-tecnológicos – ambientes que estão entre o que é da cultura e o que é do sujeito, o que é objetivo e o que é subjetivo, o que é do público e o que é do privado, o que é da mãe e o que é do bebê. Estando “entre mundos”, será possível transformar esses ambientes em *espaço potencial*?

Winnicott (1953) definiu o *espaço potencial* como um espaço que não é interno nem externo, mas depende dessas duas realidades e ocorre entre elas, gerando a potência necessária do ser e, conseqüentemente, o viver criativo. Há de se pensar que quando as mídias virtuais são usadas para reflexão, questionamento e mesmo elaboração de algo que é/foi vivido com a maternidade, saindo da polaridade que ela apresenta em inúmeros momentos e situações, elas podem contribuir com o viver criativo. Um viver em que, podemos supor, a mulher deixaria de ser agente das teorizações para ser sujeito de suas próprias ações. Um viver em que haveria mais pensamento, diálogo e, portanto, a presença de dois sujeitos, minimizando os riscos de um possível “apego agarrado”, o apego que Bowlby (1973) denominou *apego com angústia*.

Cabe então, a todos nós, o desafio de transformar os ambientes virtuais de interação em lugar criação. Aproveitemos esse momento histórico, em que as mulheres relatam publicamente e de modo fiel as suas vivências com maternidade e a maneira como se relacionam com seus bebês, para estarmos mais próximos delas, não com teorizações sobre o que precisa ser feito, mas com intervenções de suporte e de promoção da saúde materno-infantil dentro e fora desses ambientes, contribuindo, assim, para o desenvolvimento emocional da mãe, do bebê e da família.

⁷ Último acesso em 04/08/2015 <<http://www.nielsen.com/us/en/insights/news/2012/digital-lives-of-american-moms.html>>

Referências bibliográficas

BOWLBY, J. (1969). *Apego e perda: apego*, v.1. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____ (1973). *Separação: angústia e raiva*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BRAGA, A. *Personas materno-eletrônicas: feminilidade e interação no blog Mothern*. Porto Alegre: Sulina, 2008.

DOLTO, F. (1973). “Repensar a educação das crianças: a propósito do adestramento no asseio esfinteriano. In: *As etapas decisivas da infância*. São Paulo: Martins Fontes: 2007.

FREUD, S. (1930). “O mal-estar na civilização”. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas*, Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1987.

SILVA, M.C.P. “Prefácio à Edição Brasileira”. In: *Ser pai, ser mãe: parentalidade: um desafio para o terceiro milênio*. Organização de Leticia Solis-Ponton. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

TOMAZ, R. *Feminismo, maternidade e mídia: relações historicamente estreitas em revisão*. Galáxia (São Paulo, Online), n. 29, p. 155-166, jun.2015. <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542015120031>>

WINNICOTT, D.W. (1953). “Objetos Transicionais e Fenômenos Transicionais”. In: *O Brincar & a Realidade*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975.

_____ (1956). “A preocupação materna primária”. In: *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2000.

_____ (1960). “O relacionamento inicial entre uma mãe e seu bebê”. In: *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____ (1963). “Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo”. In: *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.